

Governadores resistem às reformas

GAZETA MERCANTIL

16 JUN 1993

por José Casado
de São Paulo

Começou a resistência. E ela está sendo comandada por governadores de estados e prefeitos de capitais que são responsáveis por mais de 85% da dívida interna da administração pública.

O argumento básico — e comum — desses líderes políticos é o de que o Ministério da Fazenda usou números “desatualizados” sobre as dívidas cruzadas da União com estados e municípios, na preparação das medidas de cortes nos gastos e de acerto nos débitos públicos.

Os governadores de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pará, por exemplo, afirmaram ontem que se houver um “encontro de contas” seus estados passam à condição de credores da União. Outros, como os de Pernambuco, Rio Grande do Sul e Paraná, anunciaram estar “em dia” nos seus pagamentos à União.

“Eu quero é o fim do jogo

de faz-de-conta”, disse Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), governador de São Paulo. “Quem deve tem de pagar e quem tem a receber também deve receber. O Estado de São Paulo tem créditos junto à União e a organismos federais superiores a US\$ 5 bilhões. Os números da Fazenda não são discrepantes (dos que ele possui), o problema é que eles são de setembro de 1991”, acrescentou.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis de Barros Carvalho, explicou ontem à editora Claudia Safatle que os números do ministério com relação à dívida líquida de São Paulo com a União não diferem muito da cifra apresentada pelo governador Fleury, de algo em torno de US\$ 1 bilhão. Já a posição da dívida global do Estado de São Paulo com o governo federal é relativa a janeiro de 1992 e monta a cerca de US\$ 12 bilhões, excluída a dívida mobiliária. “Mas nossa intenção não é polemizar, e sim sentar pa-

ra acertar essa dívida”, disse.

Mas Fleury não foi o único. “Temos a receber, conversei com o ministro (Fernando Henrique Cardoso, da Fazenda) e estou convencido de que ele não quer quebrar os estados nem os municípios”, observou Hélio Garcia (sem partido), governador de Minas Gerais. “É provável que até tenhamos crédito”, comentou Antônio Carlos Magalhães (PFL), governador da Bahia, acrescentando sua disposição de “negociar”: “Desde que não haja proteção a ninguém”.

Entre as reações, ontem, uma acabou sendo transportada para o papel. Roberto Requião (PMDB), governador do Paraná, chegou a escrever uma carta ao ministro Fernando Henrique Cardoso — relata o repórter Hudson José, de Curitiba — contestando os dados nos quais o governo federal se baseou para formular o novo plano econômico: “São irreais e servem somente para embaçar a imagem de uma administração correta e austera”.

“Nós somos credores”, repetia Paulo Salim Maluf (PPR), prefeito de São Paulo. “O governo já errou muito.”

A dimensão da resistência iniciada por governadores e prefeitos é proporcional ao problema que o ministro da Fazenda tem pela frente, que é, essencialmente, político.

Seu plano se choca com os projetos de investimentos pré-eleitorais dos principais governadores e prefeitos que têm em comum o fato de não desejarem, por enquanto, a possibilidade de uma “terceira via” na eleição presidencial do próximo ano — condição na qual, desde sua posse, o ministro Fernando Henrique Cardoso vem sendo colocado por seus aliados.

“Ele não tem opção, a não ser jogar pesado contra os estados e municípios”, observou Luiz Octávio Cavalcanti, secretário da Fazenda de Pernambuco. “Sua única alternativa é tentar conseguir respaldo na opinião pública urgentemente e, para isso, precisa, pelo menos, de um pequeno recuo imediato na inflação, necessita pôr um sonegador na prisão e pendurar logo pelo menos um estado no ‘cartório’. Caso contrário, o plano acaba, antes de começar.”